



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1020375-34.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda**  
 Requerido: **Marciano Pereira de Oliveira e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Marciano Pereira de Oliveira, Geraldo Moizes Dias, também qualificado, alegando tenha sofrido danos no caminhão *Volkswagem, modelo 15.180 CNM, placa ERS-9353*, de sua propriedade, em razão de acidente de trânsito ocorrido no dia 23/01/2015 quando referido veículo, que se achava parado em área lindeira e totalmente fora da faixa pavimentada da rodovia SP-310, Km 163,7, local em que se realizavam obras devidamente sinalizadas com cones e placas, acabou sendo atingido pelo caminhão não descrito na inicial, de propriedade da segunda ré e que era conduzido pelo primeiro réu, que ao tentar desviar de um outro veículo que freara à sua frente acabou por perder o controle, saindo da via e chocando-se contra a traseira do veículo dela, autora, estacionado vários metros de distância, salientando tenha sido apurado que o réu *Marciano* se encontrava embriagado no momento do acidente, à vista do que pediu a condenação dos réus ao pagamento de indenização no valor de R\$ 36.750,00 com os acréscimos legais e encargos da sucumbência.

Os réus contestaram o pedido alegando, em preliminar a denúncia da lide da seguradora *Mafre Seguros Gerais S/A*, enquanto no mérito aduziram que, embora o réu *Marciano* aparentasse embriaguez, não teria, por isso, dado causa ao acidente, causado por imprudência da própria autora que teria deixado seu caminhão estacionado em espaço entre a área lindeira à pista e o acostamento, "nem fora e nem dentro" (sic.) da pista, causando o acidente ao deixar seu veículo "mal estacionado" (sic.), contra a traseira do qual *Marciano*, que não teria tido oportunidade de frear, acabou colidindo, concluindo assim pela improcedência da ação.

A denunciada *Mafre Seguros Gerais S/A* contestou a denúncia refutando a obrigação de garantia uma vez que teria havido perda do direito à cobertura do risco coberto pela apólice em razão da embriaguez do empregado da denunciante/segurada, que em consequência desse estado teria dado causa ao acidente, conforme apurado no inquérito policial, de modo a concluir pela improcedência da denúncia, postulando a declaração da inexistência do dever de indenizar e, alternativamente, em caso de condenação, seja respeitado os limites máximos de capital segurado.

É o relatório.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

DECIDO.

A colisão do caminhão do réu *Geraldo* contra a traseira do caminhão da autora é fato incontroverso, posto confessado por aquela e pelo seu empregado, o condutor e corréu *Marciano*.

A versão de que o caminhão da autora estaria estacionado "*nem fora e nem dentro*" (sic.) da pista, "*mal estacionado*" (sic.), portanto, e motivando a colisão contra sua traseira ao impedir ao réu *Marciano* oportunidade de frear o seu próprio caminhão, não tem, a ver deste Juízo, como ser admitida sequer à discussão.

Ocorre que a visualização do croqui elaborado pela Polícia Militar Rodoviária e que se acha acostado às fls. 32 destes autos, demonstra com clareza manifesta que o caminhão da autora estava parado, destaque-se, parado, não estacionado, em local distante vários metros das faixas pavimentadas da SP-310, seja da pista de tráfego, seja do acostamento, tendo o Policial Rodoviário feito constar naquele documento que, segundo relato do réu *Marciano*, o caminhão que ele dirigia, de propriedade do réu *Geraldo*, "*derivou para a direita acabando por chocar-se contra a traseira do outro veículo* (= da autora) *que estava parado na área lindeira fora da via pavimentada*".

Não bastasse, fez ainda constar que o mesmo réu *Marciano* "*Relatou também que o outro caminhão* (= da autora) *estava estacionado a mais ou menos quadro metros da via*" (vide fls. 32).

Ou seja, sem impugnação específica, precisa e bem fundamentada a esse relato, repita-se, que partiu do próprio réu *Marciano*, não se afigura admissível a este Juízo possa o réu *Geraldo* sustentar culpa, por mínima que seja, da autora, com o devido respeito.

Demais disso, atento ao quanto regula o artigo 29, II, do Código de Trânsito Brasileiro, há presunção relativa de responsabilidade civil em caso de colisão traseira, não socorrendo à ré ou ao réu *Marciano* a versão acima analisada.

Veja-se, a propósito, a jurisprudência: "*Acidente de trânsito - Colisão traseira - Presunção de culpa não elidida - Prejuízos materiais demonstrados - Impugnação meramente genérica - Indenização devida - Honorários advocatícios contratuais - Ressarcimento descabido - Verba honorária sucumbencial fixada consoante os parâmetros legais - Apelo improvido*" (cf. Ap. nº 0001435-43.2014.8.26.0220 - 26ª Câmara de Direito Privado TJSP - 19/05/2016 <sup>1</sup>).

No que diz respeito à embriaguez do réu *Marciano*, documentalmente comprovada, não pode, de fato, ser tomada como fundamento, por si só, de culpabilidade.

Contudo, analisados os fatos tratados nesta ação, diante do relato do Policial Militar Rodoviário, repita-se, que fez constar no Boletim de Ocorrência que, segundo relato do réu *Marciano*, o caminhão que ele dirigia, de propriedade do réu *Geraldo*, "*estava descendo pela alça do dispositivo de retorno reduzindo velocidade, momento em que o caminhão que estava à sua frente parou, para não colidir contra a traseira do mesmo porque não conseguiu parar, derivou para a direita acabando por chocar-se contra a traseira do outro veículo* (= da autora) *que estava parado na área lindeira fora da via pavimentada*", fica, sempre renovado o máximo respeito, evidente a deficiência de reflexos e, em resumo, de condição do réu *Marciano* para assumir a direção de um caminhão, circunstância que agrava sua culpa, por imprudência, já antes

<sup>1</sup> <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsgr/resultado>



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

reconhecida.

É, portanto, inegável a culpa do condutor do caminhão, o réu *Marciano*, bem como do proprietário do veículo, o réu *Geraldo*, atento a que aplicável à espécie o disposto no inciso III do art. 932, do Código Civil.

Acerca da liquidação do dano, não há impugnação aos valores reclamados, de modo que a ação é inteiramente procedente, portanto, devendo os réus arcar com o pagamento da importância de R\$ 36.750,00 acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data do desembolso.

A solidariedade dos réus decorre do disposto no parágrafo único do art. 942, do Código Civil.

Os réus sucumbem e deverão, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

No que diz respeito à denunciação da lide, o que se verifica é que, de fato, há no contrato de seguro cláusula que expressamente prevê que *"a Seguradora ficará isenta de qualquer obrigação deste contrato se o veículo segurado: (...); h. For utilizado/conduzido por pessoa que esteja sob influência do álcool, de drogas ou entorpecentes de uso fortuito, ocasional, habitual, quando da ocorrência do sinistro, bem como se o condutor do veículo se negar a realizar o teste de embriaguez requerido por autoridade Competente e desde que haja nexo de causalidade pela Seguradora, entre o estado de embriaguez ou de efeito de drogas ou entorpecentes do condutor do veículo e o evento que o provocou os danos"* (vide Cláusula 30.3.f, das Condições Gerais do seguro).

Ora, a exclusão da cobertura do risco nessas circunstâncias foi expressa e livremente contratada pelo réu *Geraldo*/denunciante e não pode ser tida como abusiva, pois além de fácil leitura tem amparo no artigo 768 do Código Civil, à vista do evidente agravamento do risco.

Diga-se mais, o próprio Código de Transito Brasileiro dispõe que a concentração de álcool no patamar de 0,6 g/l de sangue já se mostra suficiente a impedir ao motorista a boa condução do veículo, à vista do que se afigura de rigor a este Juízo rejeitar a denunciação da lide.

Veja-se, no mesmo sentido, a jurisprudência: *"SEGURO DE VIDA E/OU ACIDENTES PESSOAIS - INDENIZAÇÃO - MORTE DO SEGURADO ESTADO DE EMBRIAGUEZ – ATO DETERMINANTE DO SINISTRO - DESCABIMENTO. A ingestão de álcool pelo motoristasegurado, vítima de acidente de trânsito, exclui o pagamento de indenização pelo infortúnio, em razão desse ato perigoso ter sido originado pela comprovada embriaguez."* (cf. Ap. c/ Rev. nº 537.601-0/4 - 7ª Câ., Extinto 2º TACSP - 18.08.1.1998).

Também: *"SEGURO DE VIDA E/OU ACIDENTES PESSOAIS - INDENIZAÇÃO - MORTE DO SEGURADO - ESTADO DE EMBRIAGUEZ - AGRAVAMENTO DE RISCO - DESCABIMENTO. Se a segurada ampliou o risco ao ingerir grande quantidade de bebida alcoólica e sair à via pública, onde veio a falecer, vítima de acidente, a seguradora pode negar o pagamento do seguro de vida (artigo 1454 do Código Civil de 1916), sobretudo se o evento decorrente de alterações mentais pelo uso do álcool foi expressamente excluído da cobertura (artigo 1460 do Código Civil de 1916)."* (cf. Ap. c/ Rev. nº 687.426-0/5).

A denunciação da lide, portanto, é improcedente, sem embargo do que não



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

cabe ser declarada a inexistência da obrigação de indenizar, a uma porque implícita na decisão do mérito da denúncia, e a outra por conta de que a contestação tem natureza jurídica *"sempre única – obtenção de uma sentença declaratória negativa – a da ação varia. Só raramente, e por disposição de lei, podem-se formular autênticos pedidos na contestação, que, então, opera como reconvenção (v. art. 922 – caráter dúplice da ação possessória; art. 899, §2º, com a redação que lhe deu a Lei 8.951/94 – caráter dúplice da ação consignatória, em geral (cf. ARRUDA ALVIM <sup>2</sup>).*

Logo, descabe decisão de cunho reconvenicional em favor da denunciada, com o devido respeito.

Rejeitada a denúncia, cumprirá à ré/denunciante arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, em favor da denunciada.

Isto posto JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO os réus Marciano Pereira de Oliveira, Geraldo Moizes Dias, solidariamente, a pagar a(o) autor(a) ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA a importância de R\$ 36.750,00 (*trinta e seis mil setecentos e cinquenta reais*), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data do desembolso, e CONDENO os réus ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado; JULGO IMPROCEDENTE a denúncia da lide e em consequência CONDENO o réu/denunciante Geraldo Moizes Dias ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, em favor da denunciada.

P. R. I.

São Carlos, 28 de março de 2017.

**Vilson Palaro Júnior**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>2</sup> ARRUDA ALVIM, *Manual de Direito Processual Civil*, Vol. II, 8ªed., 2003, RT, SP, n. 107, p. 309/310.